



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos **da Realidade Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobretudo, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL- URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa Clarina de Cássia da Silva Cavalcante Roberto Magno Reis Netto Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez Maurício Ribeiro da Silva Cristina Vieira Barbosa, pedagoga Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ

Data de aceite: 13/04/2020

Edenilson Dutra de Moura

Professor na Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional – Oiapoque (UNIFAP). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional (GEURBAS CNPq / UNIFAP). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: edenilson.moura@unifap.br
CURRÍCULO LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7986145052182974>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7858-3531>

RESUMO: Este capítulo se empenha em uma na proposição teórico-prática sobre o território-rede em um contexto fronteiriço na região Norte do Brasil. A discussão tem como principal recorte empírico as dinâmicas territoriais-reticulares de Oiapoque, município localizado no estado do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa. Destaca-se neste ensaio a centralidade da fronteira internacional nas relações sócio-espaciais que são estabelecidas territorialmente na produção do espaço urbano de Oiapoque. A discussão pauta-se nos conceitos de fronteira, território e rede, nossa base teórica para este trabalho. Além dos levantamentos teórico-conceituais este estudo se pautou em uma abordagem qualitativa. Registramos a importância das observações e

experiências *in loco*, que permitiram os registros fotográficos, além de diálogos com diferentes atores e sujeitos da fronteira franco-brasileira. Os (novos) arranjos territoriais estabelecidos nesta área, como a abertura parcial da Ponte Binacional, tendem a redimensionar os diferentes fluxos sob a lógica reticular, estabelecendo novas formas de produção do espaço, pois possibilitam articulações dos territórios-rede que reorganizam a dinâmica regional e reconfiguram a atuação de diferentes atores que atuam na conexidade desta fronteira, em diferentes níveis, desde o Estado até os pirateiros, catraeiros e naveteiros. Ponderamos, contudo, que a compreensão territorial reticular da fronteira, revelam o potencial do território para o descortinar fronteiriço.

PALAVRAS-CHAVE: Território-fronteiriço; Fronteira franco-brasileira; Cidades-gêmeas; Oiapoque; Amapá.

BORDER REALITIES: REFLECTIONS ON URBAN-TERRITORY

PRODUCTION IN OIAPOQUE – AMAPÁ

ABSTRACT: This chapter is engaged in a theoretical-practical proposition about network territory in a border context in the North of Brazil. The main empirical discussion of the discussion is the territorial-reticular dynamics of Oiapoque,

a municipality located in the state of Amapá on the border with French Guiana. In this essay, the centrality of the international frontier in the socio-spatial relations that are territorially established in the production of the urban space of Oiapoque stands out. The discussion is based on the concepts of frontier, territory and network, our theoretical basis for this work. In addition to the theoretical-conceptual surveys, this study was based on a qualitative approach. We note the importance of on-site observations and experiences, which allowed photographic records, in addition to dialogues with different actors and subjects from the Franco-Brazilian frontier. The (new) territorial arrangements established in this area, such as the partial opening of the Binational Bridge, tend to resize the different flows under the reticular logic, establishing new forms of space production, as they enable articulations of the network territories that reorganize the regional and regional dynamics. they reconfigure the performance of different actors who work in the connection of this border, at different levels, from the State to pirates, riders and sailors. We consider, however, that the reticular territorial understanding of the border, reveal the potential of the territory to reveal the border.

KEYWORDS: Border-territory; French-Brazilian frontier; Twin-cities; Oiapoque; Amapá.

1 | REFLEXÕES INICIAIS

O território brasileiro é marcado por suas diversidades naturais e sociais, através de sua considerável extensão territorial, que resulta em diferentes expressões, simbolismos, formas e modos de produção espacial que revelam múltiplas escalas de análise e modos de compreender o território em totalidades e nuances analíticas maiores. Com isso, integrante deste território brasileiro temos as fronteiras internacionais que representam também, vastas expressões e representações sociais, afirmando-se como espaços de grandes dinâmicas e transformações das relações sócio-espaciais que são e continuam sendo estabelecidas no território brasileiro ao longo do tempo. Na perspectiva de discutir e apresentar uma discussão territorial atrelado ao debate fronteiriço, este capítulo se propõe a tecer uma reflexão sobre o conceito de território em uma perspectiva reticular, trazendo em pauta as influências da fronteira na espacialidade urbana de Oiapoque – Amapá, nossa área de estudo, que representa um município classificado como cidade-gêmea e que se localiza na fronteira com a Guiana Francesa.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante aos materiais e métodos deste trabalho destaca-se a realização de um referencial teórico-metodológico sobre conceitos e categorias analíticas chaves para a compreensão dos processos aqui discutidos. Ressaltamos desta forma a relevância de um debate conceitual que não leve ao “engessamento” e

uma perspectiva homogeneizadora das problemáticas aqui visitadas, com isso o território, rede, território-rede e fronteira foram essenciais para a discussão aqui proposta. Pautamos em Minayo (1999) para o alicerce do entendimento da pesquisa qualitativa que segundo a autora considera nesta pesquisa o trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, fluxos, processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis numéricas e modelos quantificáveis. No entanto, destacamos o levantamento de dados primários e quantitativos de instituições públicas como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

As discussões aqui propostas se vinculam as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional – (GEURBAS/CNPq), registrado na Universidade Federal do Amapá. Registra-se que este capítulo integra a pesquisa de doutorado do autor, em fase de andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, trabalho orientado pelo Professor Doutor José Borzacchiello da Silva.

3 | CIDADES-GÊMEAS: INTERAÇÕES E/NA FRONTEIRA

Ao longo do território brasileiro quinhentos e oitenta e oito (588) municípios estão inseridos na faixa de fronteira¹, inseridos nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. O Ministério da Integração Nacional (atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional) classifica neste território inserido na faixa de fronteira, trinta e três (33) cidades-gêmeas, localizadas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Cidades-gêmeas brasileiras de acordo com o referido Ministério são aqueles espaços urbanos dos municípios cortados pela linha de fronteira: seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, como estradas, pontes, calçadas, entre outros e que apresentem forte potencial de integração, como econômica e cultural. A tabela 1, na sequência evidencia as cidades-gêmeas brasileiras divididas de acordo com a divisão regional oficial do Brasil, mostra ainda a estimativa populacional do IBGE para o ano de 2019 e a população verificada no censo demográfico de 2010.

1 A faixa de fronteira é instituída pela Lei nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/1980. Ela corresponde a faixa interna na extensão de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, agregando informações, identificação, classificação do município dentro da faixa, considerando-os como: fronteiroço, parcial ou totalmente na faixa (IBGE, 2018).

CIDADES-GÊMEAS BRASILEIRAS	ESTADO	POPULAÇÃO 2010	ESTIMATIVA POPULACIONAL 2019
REGIÃO NORTE			
1. Assis Brasil	AC	6.072	7.417
2. Brasília	AC	21.398	26.278
3. Epitaciolândia	AC	15.100	18.411
4. Santa Rosa do Purus	AC	4.691	6.540
5. Tabatinga	AM	52.272	65.844
6. Oiapoque	AP	20.509	27.270
7. Guajará-Mirim	RO	41.656	46.174
8. Bonfim	RR	10.943	12.409
9. Pacaraima	RR	10.433	17.401
REGIÃO CENTRO-OESTE			
10. Bela Vista	MS	23.181	24.629
11. Coronel Sapucaia	MS	14.064	15.253
12. Corumbá	MS	103.703	111.435
13. Mundo Novo	MS	17.043	18.366
14. Paranhos	MS	12.350	14.228
15. Ponta Porã	MS	77.872	92.526
16. Porto Murtinho	MS	15.372	17.131
17. Cáceres*	MT	87.942	94.376
REGIÃO SUL			
18. Barracão	PR	9.735	10.275
19. Foz do Iguaçu	PR	256.088	258.532
20. Guaíra	PR	30.704	33.119
21. Santo Antônio do Sudoeste	PR	18.893	20.166
22. Aceguá	RS	4.394	4.901
23. Barra do Quaraí	RS	4.012	4.215
24. Chuí	RS	5.917	6.704
25. Itaquí	RS	38.159	37.620
26. Jaguarão	RS	27.931	26.680
27. Porto Mauá	RS	2.557	2.374
28. Porto Xavier	RS	10.558	10.246
29. Quaraí	RS	23.021	22.687
30. Santana do Livramento	RS	82.464	77.027
31. São Borja	RS	61.671	60.282
32. Uruguiana	RS	125.435	126.970
33. Dionísio Cerqueira	SC	14.811	15.498
POPULAÇÃO TOTAL DAS CIDADES-GÊMEAS BRASILEIRAS		1.142.309	1.332.984

Tabela 1: Cidades-gêmeas brasileiras e seus respectivos dados demográficos dos anos de 2010 e 2019.

Fonte: Brasil (2010) E Ibge (2019). Organizado pelo autor (2020).

As cidades-gêmeas podem ou não, apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, bem como, manifestações condensadas dos problemas característicos das fronteiras internacionais, que nesta espacialidade adquirem maiores densidades, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (Brasil, 2016), e de acordo com os dados evidenciados no quadro acima, representam uma população considerável, apresentando mais de um milhão de habitantes, portanto, não se trata de um território pouco expressivo na totalidade territorial e demográfica brasileira.

Ressalta-se que a cidade de Cáceres, localizada no estado de Mato Grosso, foi a última a ser classificada enquanto cidade-gêmea, por meio da portaria Nº 1.080, de 24 de abril do ano de 2019. Apesar de que na referida portaria não explicitar qual outro território (internacional) está geminado à cidade mato-grossense, sabe-se que San Matias (República da Bolívia) é o território vizinho mais próximo e que estas apresentam interações e dinâmicas fronteiriças, embora não estejam conurbadas.

As localizações geográficas das cidades-gêmeas as têm territórios que necessitam de políticas públicas de diferentes esferas administrativas e que sejam específicas para estas realidades urbanas e levem em consideração a importância destas na integração fronteiriça e que vislumbrem estes espaços como territórios da integração do continente sul-americano em diversos aspectos, como políticos, culturais e econômicos.

Acreditamos que é imprescindível para a análise do processo de urbanização da Amazônia vinculado às localizações fronteiriças internacionais, discutir noções conceituais, ainda que de maneira tímida, concepções teóricas-metodológicas, sobre fronteira(s) e território, que permitem reflexões sobre o papel territorializador das redes e as múltiplas dinâmicas sócio-espaciais no contexto fronteiriço da urbanodiversidade amazônica, conceito este (urbanodiversidade) discutido por Trindade Júnior (2013).

No que tocante às distintas concepções teórico-conceituais sobre fronteira e território, há nas ciências humanas e sociais de maneira ampla, embates teóricos que se dedicam à esta discussão. Ao longo da história do pensamento geográfico, por exemplo, os conceitos e aplicações de território e fronteira, tiveram uma base epistemológica sobretudo na Geografia, grandes aprimoramentos teóricos-conceituais, que permitiram a incorporação de novas abordagens e perspectivas analíticas destas categorias e temas.

A fronteira inicialmente, assim como o território, relacionava-se à blindagem territorial e quase sempre associada à geografia política clássica, sendo um conceito-chave de entendimento dos conflitos territoriais, estabelecidos por diferentes

poderes e relacionados aos limites rígidos que são instituídos politicamente pelos/ nos Estados. Nesta perspectiva da fronteira Bento, acrescenta:

Na fase inicial de vida dos Estados, criam-se fronteiras como instrumentos de divisão territorial entre Estados diferentes, vizinhos, sendo elas com ou sem rios e montanhas. Início ou fim de territórios, o objetivo das fronteiras, em tal fase inicial da história dos Estados, é o de separar territórios de Estados com a demarcação de limites, que são manifestações físicas da soberania territorial dos Estados. Fazem parte de tal fase da história dos Estados os tratados internacionais de limites e a demarcação dos limites territoriais, que estabelecem onde terminam e onde começam territórios de Estados diferentes e vizinhos. (BENTO, 2013, p.11).

Limite este que conforme Machado (1998), se refere ao controle exercido por meio de acordos diplomáticos, responsáveis pela delimitação e jurisdição do Estado-Nação, ou seja, representa uma abstração instituída politicamente e reconhecida legalmente pela escala nacional e, ao mesmo tempo, é subordinada ao controle da legislação internacional. Dessa forma é a partir dos limites instituídos politicamente e demarcados politicamente é que são conduzidas diversas decisões políticas-administrativas. Souza (1995) destaca que a concepção de território na Geografia Política com viés tradicional fixava-se na escala nacional e principalmente na figura do Estado-nação, tendo assim os limites espaciais e temporais, com pequena mobilidade.

Sack (1986), discutiu o sentido das conexões do território e a perspectiva de libertar o conceito de território de sua “prisão original”, isto é, a referência exclusiva à dimensão do Estado nacional, que aponta as característica imutável e fixa do território e da territorialidade, presa ao limite político, destaca porém, a característica móvel, variável e fluído em diferentes temporalidades e espacialidades, que estão atreladas também a dimensão territorial.

Sobre a multiplicidade analítica da fronteira trazemos a contribuição sociológica de José de Souza Martins que em sua análise discute o processo do avanço das fronteiras sob a ótica capitalista de produção espacial, essencialmente, no interior do território amazônico brasileiro, na obra: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, o autor contribui ao esclarecer sobre o papel das fronteiras enquanto espaços de encontros de sociedades e culturas, considerando a fronteira como lugar da liminaridade, da indefinição e do conflito:

Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado, e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS,

O conceito de fronteira e território atualmente estão associados também a outras abordagens do conhecimento geográfico e das ciências sociais, como às temáticas culturais, ambientais, econômicas e de desenvolvimento regional e neste estudo, com ênfase à questão urbana. A compreensão da dimensão de fronteira é ampla, mas ressaltamos seu papel de espaços de interações sociais e representam territórios de múltiplas trocas com singularidades específicas às suas localizações, que na nossa análise revelam na espacialidade urbana, marcas do dinamismo dos fluxos e articulações de redes territoriais fronteiriças.

4 | REDE E TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Santos (1996) destaca que as redes são animadas por diferentes fluxos e que são dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social, tal movimento é animado tanto por dinâmicas locais quanto globais, ou seja, em diferenciadas escalas de análise.

Ao discutir o papel das redes, Dias (1995, p.147) considera que estas apresentam a propriedade de conexidade, ou seja, através da conexão de seus diferentes nós, dessa forma a rede simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover dessa forma a ordem e a desordem. Além disso, a autora destaca que a rede é uma forma particular de organização territorial, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial ela aparece como instrumento que viabilizam duas estratégias: circular e comunicar.

Lencioni (2006) sobre a dimensão de escala e rede, pondera a análise geográfica a partir de uma perspectiva das redes, enquanto força produtiva, e não mais através de uma estrutura urbana piramidal, para isso, a autora aponta dois tipos de redes que podem ajudar na compreensão da estruturação da relação entre a cidade e a região sob uma perspectiva dialética: a rede de proximidade territorial, a qual é constituída por redes materiais, principalmente, aquelas relacionadas à circulação, como por exemplo, as de transportes viários; e a rede de proximidade relativa, que corresponderia às redes imateriais, relacionadas aos fluxos de informação e comunicação que possibilitam romper distâncias territoriais aproximando o que se encontra distante.

As redes apresentam diferentes características e funções, como as redes técnicas, destacando o papel das infraestruturas e a forma que estas desempenham na compreensão da localização e distribuição de redes materiais estabelecidas no território. As redes urbanas que demonstram a relação entre cidades, conforme as dinâmicas urbanas e regionais. Neste sentido técnico por exemplo das redes, tem-

se a rede de transporte e suas diferentes tipologias (rodoviário, aéreo, hidroviário e ferroviário) e também as redes imateriais, como as de informação e comunicação, a exemplo a rede de internet, revelam maiores e/ou menores graus de sofisticação e tecnicização espacial-regional, o que demonstram as desigualdades regionais, por exemplo, as diferenciações socioespaciais presentes no território brasileiro.

A relação do campo teórico e prático entre território e rede se apresenta há um tempo na Geografia e acompanha aprimoramentos capazes de legitimar sua expressão na produção de conhecimentos e análise territorial em uma perspectiva reticular do espaço geográfico. Haesbaert neste estreitamento teórico-conceitual, destaca:

O território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes de solidariedade). E vice-versa: territórios podem servir como patamar para articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas. (HAESBAERT, 1997, p.4).

Segundo autor supracitado, a possibilidade de a partir da rede e das dinâmicas reticulares a compreensão espacial, em nuances maiores de análises capazes de superar conceitos, aprimora-los e recria-los, diante a dimensão da lógica reticular territorial:

Assim, a rede é um constituinte indissociável da própria zona ou área. Sem rede não há controle de uma área (a começar que uma rede pode ser encarada, por exemplo, como um conjunto coordenado de postos fronteiriços), e de certa forma toda rede, geograficamente falando, exige áreas ou zonas, ainda que de pequena dimensão (que pode ser até uma antena), para efetivar seus fluxos e conexões. Assim, nessa perspectiva mais analítica, rede enquanto conceito não se coloca no mesmo patamar de território, lugar e paisagem, mas, de “zona” ou “área”, pois tem um sentido amplo e (também) operacional como componente indissociável de nossa concepção relacional de espaço, quando sua manifestação se dá a partir da dominância de uma lógica reticular – daí a possibilidade de falar hoje em dia em território-rede, lugar-rede etc. (HAESBAERT, 2014, p.39-40).

Os fluxos estabelecidos no território-rede devem ser incorporados também à análise as dimensões dos circuitos inferiores e não somente superiores da economia urbana, que são territorializados no contexto fronteiriço aqui evidenciado, como os diferentes meios de transportes alternativos, tanto rodoviário quanto hidroviário, que realizam a distribuição e circulação de pessoas e cargas. Estes fluxos estão no cotidiano urbano e fronteiriço de Oiapoque estabelecendo e estruturando redes e territorialidades a partir das dinâmicas reticulares que articulam e demonstram a

importância do contexto urbano frente às dinâmicas fronteiriças. Neste sentido a cidade de Oiapoque, se coloca como centro difusor de fluxos e redes em outras espacialidades sob sua influência, tanto no Brasil, quanto na Guiana Francesa.

5 | A FRONTEIRA BRASIL – GUIANA FRANCESA: OIAPOQUE (AMAPÁ) E SAINT GEORGES DE L'OYAPOCK

O município de Oiapoque está localizado na porção setentrional do Brasil e do Amapá, Estado que corresponde a uma das 27 Unidades Federativas do Brasil e se localiza à Nordeste da região Norte do Brasil. Em relação às características naturais do estado, destaca-se que o Amapá é a unidade da federação mais setentrional entre os estados litorâneos brasileiros e apresenta especificidades do quadro natural amazônico, no entanto em relação a sua hidrografia ele também apresenta bacias hidrográficas isoladas, que desaguam no oceano Atlântico, estas não necessariamente vinculam-se à bacia amazônica, como é o caso do rio Oiapoque que representa o limite natural da fronteira com a Guiana Francesa, e por sua vez não faz parte da área de drenagem do rio Amazonas.

Sobre os limites do estado do Amapá ressaltamos que além da fronteira com a Guiana Francesa, o estado faz fronteira também com o Suriname, e que apenas dois municípios amapaenses se limitam com estes países: Oiapoque e Laranjal do Jari. Segundo dados do IBGE o Amapá possui uma extensão territorial de 142.828,521 km² e uma densidade demográfica de 4,69 hab./km². Sua população em 2018 está estimada em 829.494 habitantes (IBGE, 2018). Possui 16 municípios e o estado de Roraima 15, correspondendo assim aos Estados brasileiros com menores números de municípios por Unidade da Federação. A tabela 2, apresentada na sequência os 16 municípios amapaenses e as respectivas estimativas populacionais feitas pelo IBGE, para o ano de 2019.

Município	Estimativa da População (2019) (Habitantes)
Amapá	9.109
Calçoene	11.117
Cutias	5.983
Ferreira Gomes	7.780
Itaubal	5.503
Laranjal do Jari	50.410
Macapá	503.327
Mazagão	21.632
Oiapoque	27.270
Pedra Branca do Amapari	16.502
Porto Grande	21.971
Pracuúba	5.120
Santana	121.364
Serra do Navio	5.397
Tartarugalzinho	17.315
Vitória do Jari	15.931
POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DO AMAPÁ – 2018	845.731

Tabela 2: Estimativa populacional dos municípios amapaenses (2019).

Fonte: IBGE (2018). Organizado por Moura. (2019).

Oiapoque como destacado é um dos dezesseis municípios que formam o estado do Amapá, possui uma área de 22.625,286 km² e uma população de 26.267 habitantes (IBGE, 2018), o que representa a quarta maior população do Estado, segundo estimativas populacionais do IBGE (2017) e uma densidade demográfica de 0,91 habitantes/km². A figura 1, apresenta o mapa político do estado do Amapá e dá ênfase a localização do município de Oiapoque, área de estudo deste trabalho.

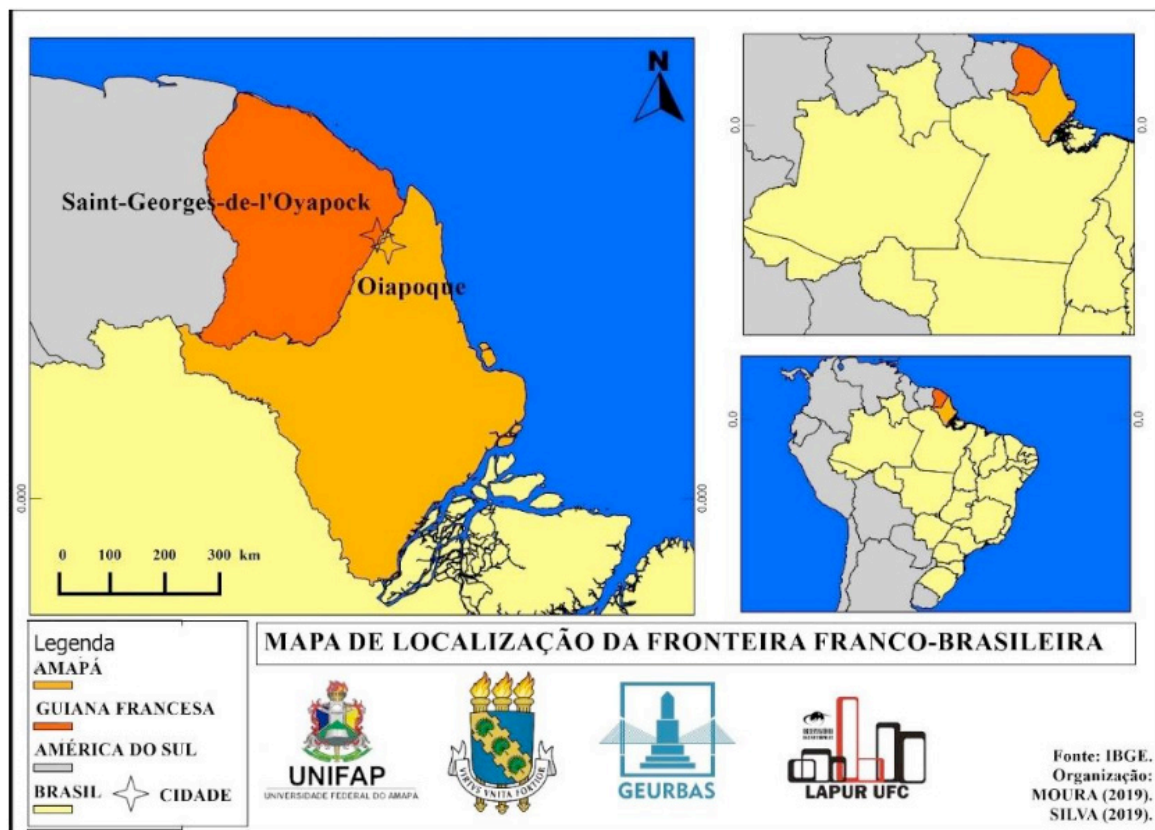


Figura 1: Mapa de Localização da Fronteira franco-brasileira

Fonte: IBGE. Elaborado por: Moura (2019); Silva (2019).

O território amapaense apresenta 8 municípios inseridos na Faixa de Fronteira, destes apenas Oiapoque é classificado como cidade-gêmea, com a cidade de Saint Georges de L'Oiapock, localizada na Guiana Francesa. A tabela 3 a seguir, lista os municípios amapaenses, localizados na Faixa de Fronteira.

	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ LOCALIZADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA	TIPOLOGIA
1	Amapá	faixa de fronteira
2	Calçoene	faixa de fronteira
3	Ferreira Gomes	faixa de fronteira
4	Laranjal do Jari	linha de fronteira
5	Oiapoque	cidade-gêmea
6	Pedra Branca do Amapari	faixa de fronteira
7	Pracuúba	faixa de fronteira
8	Serra do Navio	faixa de fronteira

Tabela 3: Municípios amapaenses localizados na faixa de fronteira

Fonte: BRASIL (2016) e IBGE (2018). Organizado pelo autor (2018).

Oiapoque limita-se com Saint Georges del'Oyapock - portanto, cidade-gêmeas.

Saint Georges apresenta interações sociais, com o 2º “lado de cá”, e a espacialidade urbana oiapoquense revela em seu cotidiano urbano as marcas das trocas entre as cidades-gêmeas. No espaço urbano de Oiapoque o local mais dinâmico em relação às interações fronteiriças é a orla da cidade, justamente pela relação intensa com o cotidiano do limite fronteiriço: o rio Oiapoque. Este espaço popularmente chamado de Beira, representa o ponto de chegada e partida para aqueles que se deslocam por meios das catraias. A dinâmica econômica fronteiriça neste espaço é marcada pela presença de casas de câmbio e também pelos cambistas informais, que atuam na troca de real pelo euro e vice-versa. Na seara de apresentar especificidades e representações vinculadas ao imaginário social da espacialidade fronteiriça de Oiapoque, os autores Nascimento; Tostes, enfatizam:

[...] Oiapoque baliza a fronteira norte do Brasil com a Guiana Francesa - um departamento ultramarino francês encravado no continente sul-americano. Cidade de Oiapoque forma com Saint George - pequeno vilarejo francês de forte presença militar - uma zona de fronteira bastante antiga e estagnada. Oiapoque é uma cidade-marco e como tal, possui a sua frase símbolo: “aqui começa o Brasil”. Além dessa frase, o chavão “do Oiapoque ao Chauí”, reforça a idéia de fronteira e dos contornos da nação, colocando o nome dessa pequena cidade amazônica no cenário nacional. (NASCIMENTO; TOSTES, 2008, p. 2).

Os fluxos expressos no território aqui compreendido, estão vinculados à circulação e transportes de pessoas e mercadorias que dinamizam o espaço urbano, articulam e estruturam redes de conexão direta entre Oiapoque com as distintas cidades e capitais dos territórios sob sua influência, seja com o lado brasileiro, ressaltando a ligação de Oiapoque com a capital amapaense Macapá e, também com a Guiana Francesa com a cidade-gêmea do outro lado do rio, Saint Georges, além de fluxos com a capital Caiena, o que demonstra que as relações sociais extrapolam de certo modo a formalidade e rigidez dos limites instituídos pelos Estados, articulando e aproximando territorialidades de maneira reticular por meio de fluxos inseridos muitas vezes nos circuitos inferiores da economia urbana.

Nas distintas territorialidades urbanas oiapoquenses diferentes fluxos e redes são estabelecidas na e pela cidade. Tais dinâmicas expressas pelos fluxos revelam uma importância para o contexto urbano de Oiapoque, mesmo diante de mazelas sociais e infraestruturais, que deveriam ser ao menos minimizadas por políticas públicas mais eficazes em diferentes níveis de atuação, diante a importância territorial, diversidade sociocultural, biodiversidade e particularmente, pela população que reside em Oiapoque que merece esta atenção do Estado e pela centralidade que a fronteira exerce territorialmente.

Na localização fronteiriça do município e da cidade de Oiapoque tem-se a referência que de um lado do rio homônimo à cidade é Brasil, do outro lado do

2 Referência à cidade de Oiapoque, no lado brasileiro.

rio é a França. Desta forma uma fronteira internacional com um território ultramar francês, representam, portanto, dois países próximos, fisicamente tratando e, ao mesmo tempo, distantes, quando comparamos os modos de produção espacial, gestão territorial e também o sistema político-administrativo, que são adotados nestes países. Sobre a espacialidade das cidades-gêmeas Oiapoque (Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa), notam-se especificidades da conexidade do território-rede na fronteira franco-brasileira, que se atrelam à condição fronteira a partir de singularidades que são expressas nas dinâmicas socioespaciais, levando-se e, consideração a dimensão do território-rede. Martins neste âmbito esclarece,

A fronteira do Amapá com a Guiana Francesa apresenta singularidades que merecem ser mencionadas: do lado brasileiro localiza-se a cidade de Oiapoque e do lado francês a cidade de *Saint George*, são coletividades separadas por critérios relacionados à soberania; nacionalidade e etnicidade; organização política, administrativa, institucional. Mas também são muito próximas em termos físicos e em função do grau de interação entre seus habitantes por conta do intenso deslocamento de pessoas de um lado a outro da fronteira. (MARTINS, 2011, p.2).

Portanto reafirma-se que a localização geográfica fronteira de Oiapoque – AP, influencia diretamente na produção do espaço, com maior realce no espaço urbano. Temos nesta análise reflexos perceptíveis na espacialidade, diferentes dimensões, como: físico-estruturais, econômicos e culturais e ainda acrescentamos que os diferentes fluxos fronteiros e a articulação de redes estão inseridas na dinâmica territorial e social da cotidianidade da cidade.

6 | PONTE BINACIONAL: POTENCIALIZADORA DA INTERAÇÃO?

Entre os elementos da rede-técnica de conexidade da fronteira franco-brasileira e também com importância para a integração e logística estado do Amapá, que provoca debates e incertezas para diferentes protagonistas e conta com inúmeros desafios, mas que representa potencialidades da integração transfronteira, é a Ponte Binacional. O decreto 4373, de 12 de setembro de 2002, promulgou o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, para o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, celebrado em Brasília, no dia 5 de abril de 2001 (BRASIL, 2002). A abertura total da Ponte foi prevista para o ano de 2012, mas somente no mês de março de 2017, teve sua abertura, mas de maneira parcial. O atraso se deu por uma série de fatores, principalmente estratégicos, políticos e estruturais. Ressalta-se que do “lado francês” a estrutura dos postos de fiscalização aduaneira e demais estruturas localizadas em território francês, ficaram prontas há muito tempo, realidade diferente à do Brasil, que mesmo após a abertura parcial, ainda não concluiu a estrutura das instituições públicas fiscalizadoras da fronteira, que devem ser

instaladas no lado brasileiro da fronteira.

A abertura da ponte sinaliza potencialidades e que pode promover por exemplo o desenvolvimento econômico para Oiapoque. Um exemplo dessa possível melhoria econômica é a atividade turística que pode ser melhor aproveitada diante às potencialidades turísticas existentes em Oiapoque, principalmente o turismo em áreas naturais. No entanto, é na cidade que há a concentração da oferta de hotéis, pousadas, bares e restaurantes e demais prestadores de serviços, que já se apropriam ainda que incipiente da atividade turística oiapoqueense. Dessa forma, o espaço urbano sob a égide econômica se beneficiaria com o turismo intensificado pós-abertura da ponte.

Porém o planejamento territorial é fundamental, precipuamente se tratando da abertura de uma ponte que conecta fisicamente, proximidades e distâncias. Nesta seara das externalidades deste processo, devem ser integralmente priorizadas nas elaborações de políticas em diferentes âmbitos, como econômicos políticos e culturais, evitando os conflitos que possam provocar o distanciamento e não a integração em múltiplos sentidos, entre os entre os dois países, por exemplo, entre as cidades-gêmeas Oiapoque e Saint Georges. A espacialidade urbana de Oiapoque em nossa leitura, corresponde ao território mais impactado, com a abertura parcial, e certamente quando total, da Ponte Binacional, diante às redefinições, políticas e estratégicas de múltiplas forças e poderes, sobre o espaço fronteiriço, que ela desempenha e pode desempenhar ainda mais, afigurando a ponte como um nó na rede territorial fronteiriço.

Como defendemos, é principalmente no espaço urbano de Oiapoque que fluxos e interações fronteiriças, materializam-se no espaço geográfico amapaense. No âmbito das possibilidades de desenvolvimento com a inauguração da ponte, Silva e Superti, consideraram:

A inauguração da Ponte Binacional abre possibilidades para o desenvolvimento econômico e social do município ressaltando suas atividades comerciais e permitindo novas oportunidades com o aproveitamento de seu potencial turístico. Contudo, as políticas públicas de instalação das infraestruturas transfronteiriças (IIRSA e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) não vislumbram a inserção de mecanismos de desenvolvimento urbano em escala local. (SILVA; SUPERTI, 2015, p. 65).

A relevância da elaboração de políticas eficazes para a administração nos dois países beneficiados pela ponte, deve antepor o desenvolvimento econômico e social. Esta abertura suscitou conflitos entre os trabalhadores do rio fronteiriço. Estamos nos referindo as catraias e as balsas, uma vez que a atividade é substituída de certo modo, pela ponte, pois há pessoas que podem pagar os impostos cobrados, para circular sobre a ponte. Em conversas informais com alguns catraieiros é comum o discurso da

diminuição de passageiros na travessia do rio, principalmente de franceses vindo para o lado brasileiro, pois, muitas pessoas optam em atravessar a fronteira com veículos próprios e não mais com as tradicionais catraias.

Quanto as normas para travessia sobre a ponte, estão a exigência do visto, para todos que desejam entrar oficialmente na Guiana Francesa. O visto é emitido pelo Consulado Francês que fica localizado na capital Macapá. Para a passagem de veículos sob a ponte deve ser feito o pagamento do seguro para os automóveis brasileiros para adentrarem e circularem no território da Guiana Francesa, valores que variam entre 250 a 450 euros, de acordo com modelo do veículo. A ponte fica aberta em dias e horários estabelecidos: segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 18h e aos sábados, das 8h às 12h. É claro que os impactos socioespaciais da abertura da Ponte Binacional, ultrapassam a escala urbana local, mas, a conjuntura da cidade de Oiapoque se configurar como porta de entrada e saída desta fronteira, que a credencia como espaço que deve ser priorizado na elaboração de políticas públicas estruturantes de desenvolvimento e integração regional e que fomentem o bem-estar social oiapoqueense.

7 | BR-156: DESAFIO NA CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA NO AMAPÁ

Outro aspecto importante no entendimento das redes no âmbito territorial no contexto fronteiriço franco-brasileiro é a BR -156, que se constitui como única via de acesso rodoviário ao município de Oiapoque. Esta BR tem seu ponto de início no município de Laranjal do Jari, no Sul do Amapá, ligando este a porção meridional do estado até a capital Macapá. Já seu ponto final está localizado em Oiapoque, na Ponte Binacional. Com isso a BR-156 conecta de Norte a Sul o estado do Amapá. Sobre características físicas desta estrada, Drumond; Pereira, apontam:

A principal rodovia do estado é a federal, a BR-156, que liga Laranjal do Jari a Oiapoque, com uma extensão de quase 900 quilômetros, basicamente numa direção sul-norte. A estrada atravessa terrenos planos levemente ondulados, de origem do Terciário, com um trajeto em geral paralelo à Planície Costeira, sem ser litorânea, no entanto. De Laranjal do Jari a Macapá, a estrada atravessa florestas de terras baixas, numa direção predominantemente de nordeste. De Macapá a Calçoene, ela toma direção predominantemente de norte, cortando os cerrados amapaenses. De Calçoene a Oiapoque, a estrada segue predominante para noroeste e corta os cerrados e terras baixas florestadas. (DRUMOND; PEREIRA, 2007. p. 95).

Entre os entraves do desenvolvimento regional-fronteiriço de Oiapoque é a não conclusão do asfaltamento de um trecho de cerca de 110 Km, que com o período das chuvas, apresentam inúmeros pontos de atoleiros, configurando como uma principal dificuldade de conexão da rede rodoviária de Oiapoque. No inverno amazônico no espaço urbano de Oiapoque, são sentidos os impactos de tais atoleiros, no

cotidiano da cidade. As viagens (Macapá – Oiapoque / Oiapoque – Macapá) que normalmente no período de verão amazônico (baixos índices pluviométricos), são feitas em cerca de 10 horas, são ampliadas significativamente, pelos inúmeros pontos críticos de atoleiros e buracos ao longo da BR-156. Ainda se tem a alta dos valores das mercadorias básicas encontradas nos estabelecimentos comerciais da cidade, incluindo alimentos e combustíveis de automóveis.

Ainda no tocante as falhas na conectividade das redes que são estabelecidas no território, temos as redes técnicas-informacionais deficitárias na cidade de Oiapoque, como a distribuição de energia elétrica, disponibilidade de internet, telefonia fixa e móvel.

Na circulação de pessoas e mercadorias na região e no contexto fronteiriço destacamos os papéis de importantes agentes que se incluem nos circuitos inferiores da economia urbana, estes se articulam redes de diferentes características, diante das especificidades e problemas existentes na fronteira, destacamos aqui os: piratas, catraias e as navetes.

8 | PIRATEIROS DO AMAPÁ

Piratas ou Pirateiros são os nomes dados aos motoristas de carros particulares, que se deslocam no trajeto Macapá – Oiapoque e Oiapoque – Macapá, de forma alternativa as empresas particulares de ônibus interestadual (Viação Santanense e Amazontur), estes veículos são modelos “caminhonetes” e em sua maioria possuem motores à tração 4x4, ideais para se locomoverem nas estradas, escorregadias e lamosas, características da BR-156 no inverno amazônico. Todos os dias os piratas realizam as viagens que são realizadas apenas quando o veículo está completamente ocupado, por quatro passageiros. As viagens podem ser programadas por telefone via ligação e/ou mensagens por meio do aplicativo *WhatsApp*, diretamente com os motoristas, ou ainda indo nos pontos de saídas dos veículos, tanto em Oiapoque quanto em Macapá.

Na cidade de Oiapoque o ponto de saída dos veículos é a Beira, o porto de entrada e saída do Rio Oiapoque, como mencionado anteriormente, este é o local de intenso fluxo de pessoas e mercadorias, é perceptível a essência fronteiriça neste local da cidade. Já em Macapá o ponto de concentração dos Piratas é a rodoviária da cidade. Ressalta-se a comodidade que os piratas proporcionam de buscarem os passageiros nos locais de suas preferências. Eles também transportam cargas/mercadorias, no entanto, não se costuma realizar nenhum controle dos passageiros e/ou mercadorias, durante a viagem, raramente quando ocorre, é alguma blitz realizada pela Polícia Rodoviária Federal. Os valores cobrados pelos pirateiros nas viagens Macapá-Oiapoque e/ou Oiapoque-Macapá custam em média

R\$200,00. Valor que costuma ser ampliado no inverno amazônico, em decorrência às dificuldades de tráfego enfrentados na BR-156, como os atoleiros e a pistas lamosas. Já o valor cobrado pelas empresas de ônibus nesta viagem, não varia durante o ano e atualmente cobra-se R\$ 115,00, mais a taxa de embarque, cobrado pelas rodoviárias municipais, valor estimado atualmente em R\$ 2,00.

9 | CATRAIAS E NAVETES: A CIRCULAÇÃO NA FRONTEIRA

Além dos pirateiros outros protagonistas da conexão fronteiriça franco-brasileira são os catraeiros. Estes profissionais conduzem as catraias que são as embarcações motorizadas que cotidianamente navegam sob o Rio Oiapoque, conectando, sobretudo, as pessoas na fronteira Brasil – Guiana Francesa. Os catraeiros se organizam em associações e cooperativas:

- 1 - Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque – COMFCOI;
- 2 - Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória – APFVV;
- 3 - Cooperativa de Transportes e Turismo de Oiapoque – COOPTUR;
- 4 - Association des Piroguiers de Saint George - APSG.

As entidades atuam na gestão profissional do segmento, auxiliando por exemplo, nos valores a serem cobrados nos deslocamentos. Entre os destinos que são realizados pelas catraias, têm-se: Saint George – Clevelândia, Vila Vitória – Saint George, Saint George – Chácara Du Rona, além, de outros deslocamentos, que serão descritos detalhadamente na versão final da pesquisa.

Todos os deslocamentos possuem valores tabelados pelas associações, que variam de acordo com período da realização travessia que podem ser no período diurno ou noturno, os valores cobrados nas viagens noturnas, são mais elevados, tanto na moeda Real quanto na moeda Euro. Entre os trajetos efetuados pelos catraeiros, o mais realizado é o da Beira de Oiapoque - Saint George e Saint George – Beira de Oiapoque e leva cerca de 10 a 15 minutos de travessia sobre o rio Oiapoque, o valor cobrado nesta travessia no período diurno é de R\$20,00 e noturno R\$25,00 e 6 € no período diurno e 7 € no período noturno.

Do outro lado da fronteira, já em solo Franco-guianense, os automóveis com placas francesas, conhecidos como Navetes, (veículos similares a pequenas vans) são os responsáveis para fazerem de maneira coletiva os deslocamentos nas cidades daquele país, especialmente, entre Saint George até a capital Caiena e Caiena à Saint Georges, e também até Oiapoque, atravessando para o lado brasileiro, principalmente após a abertura parcial da Ponte Binacional. Ressalta-se que não há empresa de transporte de ônibus que realize a viagem da cidade-gêmea Saint Georges até a capital da Guiana Francesa, Caiena. Os deslocamentos são feitos

pela RN 2, estrada conhecida como Route de l'Este, e, tem duração de cerca de 3 horas de viagem, e custa em média 40 Euros, a distância de Saint Georges até Caiena é de aproximadamente 180 km.

Todos os meios de transportes abordados neste trabalho revelam a dinamicidade do território-rede e dos fluxos diversos que são estabelecidos na fronteira franco-brasileira. O vislumbrar para estas dinâmicas reticulares permitem entre outras coisas, a interpretação das limitações da infraestrutura da circulação rodoviária e da mobilidade fronteiriça em uma região que apresenta cotidianamente intensas trocas, marcadas pela circulação de pessoas e de mercadorias, na cidade de Oiapoque e também com o estabelecimento de redes, inclusive urbanas, entre as cidades, até mesmo com cidades da Guiana Francesa.

10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise aponta o território aqui discutido como uma importante área fronteiriça para o contexto amapaense e amazônico e não somente para este contexto local e/ou regional, mas, devido ao seu potencial de integração latino-americana e latino-europeia, representa dessa forma, uma fronteira de destaque sócio-espacial em contextos analíticos maiores, frente as relações que possam ser intensificadas e consolidadas, com exemplo na integração cultural e econômica do território brasileiro com a França e/ou Guiana Francesa. No entanto, frente a muitas políticas que perpetuam esta região somente como território amazônico periférico, continua-se uma fronteira com potencial de desenvolvimento, mas repletas de mazelas sociais e ausências de políticas públicas eficazes para melhoria da vida povo fronteiriço.

O presente capítulo propôs a partir da análise territorial e em uma perspectiva reticular, sobre as dinâmicas fronteiriças e suas implicações no âmbito da produção do espaço urbano, especificamente na cidade de Oiapoque, destacar a fronteira como centralidade na função urbana de Oiapoque para contexto o fronteiriço e regional. O papel da articulação territorial em rede por meio de dinâmicas características da fronteira franco-brasileira, realizam-se por meio de diferentes protagonistas que territorializam e marcam no cotidiano, novas e velhas formas de produzir o espaço fronteiriço internacional amazônico.

Na fronteira franco-brasileira novos arranjos territoriais, (re)dinamizam a produção do espaço geográfico, como exemplo, a abertura parcial da Ponte Binacional, que possibilita novas articulações dos territórios-rede, que reorganizam as dinâmicas da fronteira. Tais arranjos territoriais tendem a transformar os diferentes fluxos sob a lógica reticular, estabelecendo por exemplo, novas formas de produção do espaço urbano-fronteiriço. Consideramos que a complexidade dos territórios-rede, possibilita apontar a fronteira como centralidade da discussão territorial e

não a tem como temática marginalizada, com perspectivas homogeneizadoras da realidade empírica analisada, tal abordagem se apresenta como estratégica para entendimento e gestão territorial, revelando assim o potencial analítico da fronteira através do território-rede e o vislumbrar de Geografias do/para o começo do Brasil.

REFERÊNCIAS

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

BRASIL. Portaria Nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades-gêmeas” nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Ministério da Integração Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/120989142/dou-secao-1-20-07-2016-pg-12>. Acesso em: junho de 2018.

BRASIL. Portaria Nº 1080, de 24 de abril de 2019. Estabelece a inclusão do Município de Cáceres-MT na lista de cidades brasileiras por Estado constantes do Anexo à Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de “cidades-gêmeas” nacionais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 de setembro de 2019. Seção, n. 81, p. 10.

_____. Decreto nº. 4373 de 12 de setembro de 2002. **Promulgação da construção da Ponte Binacional** – parceria entre Brasil e França. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4373.htm. Acesso em: agosto de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Leila. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

DRUMMOND, José Augusto. PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943 -2000)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais do ano de 2018 dos municípios amapaenses**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em junho de 2018.

_____. **Cadastro de municípios localizados na faixa de fronteira**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>. Acesso em julho de 2018.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José B.;LIMA, Luiz C.; ELIAS, Denise. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**.

Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T.M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Migração transfronteiriça na Amazônia: brasileiros na Guiana Francesa. **Anais do III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”** (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do. TOSTES, José Alberto. Oiapoque – “Aqui começa o Brasil”: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. **Anais do IV Encontro da Associação Nacional da Pós-Graduação, Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)**, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades, rios e floresta: raízes fincadas na cultura e na natureza. In: BRAGA, Sérgio Ivan Gil (org.). **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

SILVA, Gutemberg Vilhena; SUPERTI, Eliane. Fronteira internacional do Amapá: processos de interação e estratégias de defesa e segurança. In: PORTO, Jadson Luis Rebelo; CHAVES, Daniel; NORONHA, Andrius. **A fronteira setentrional brasileira: das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia**. Macapá; Rio de Janeiro: Edunifap; Autografia Editora, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. “Das cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: **Papers do NAEA**. N. 321. Belém, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0